



ATAS DO XII CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

BRAGA / UNIVERSIDADE DO MINHO
CAMPUS DE GUALTAR / 11 - 13 SETEMBRO 2013

ORGANIZADORES:

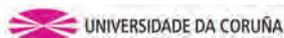
Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; Amanda Franco & Ricardo Monginho

EDITOR: CIEd – Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho

APOIO: **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia
SUPPORTO ALLA RICERCA E ALL'INNOVAZIONE



Universidade do Minho
Instituto de Educação



Título

Atas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia

(2ª edição, revista e aumentada)

Organizadores

Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; Amanda Franco & Ricardo Monginho

Editor

Centro de Investigação em Educação (CIEd) / Instituto de Educação
Universidade Minho

4710-057 Braga
1.000 exemplares

Design

ANACMYK
anacmyk@gmail.com

ISBN

978-989-8525-22-2

Setembro 2013

Apoio à edição:

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Ministério da Educação e Ciência



Índice

ÁREA TEMÁTICA 9 - MODELOS E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO

UM MODELO DE GESTÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, COM ÊNFASE NO ATENDIMENTO AOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO PROCESSO DE ACREDITAÇÃO DO INEP/MEC BRASIL	3779
Matilde Medeiros de Araújo, Maria João Cardoso de Carvalho, & Carlos Machado Santos	
DIFERENCIAS INDIVIDUALES EN LA ELABORACIÓN DE INFERENCIAS ENTRE BUENOS Y MALOS LECTORES	3790
Francisco Manuel Morales Rodríguez & Ana María Morales Rodríguez	
MUDANÇAS DE ATITUDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO	3798
Cristiane Regina Xavier Fonseca–Janes & Sadao Omote	
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE: DILEMAS E (IM)POSSIBILIDADES DE UMA REFERENCIALIZAÇÃO MULTIFOCALIZADA	3813
Henrique Manuel Pereira Ramalho	
A AVALIAÇÃO EXTERNA DO CONHECIMENTO GRAMATICAL: UM ESTUDO DOS EXAMES DE PORTUGUÊS DE 2012	3830
António Silva & Ana Paula Castro Silva	
AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS: OS EFEITOS INDIRETOS DO ENSINO PÚBLICO NO ENSINO PRIVADO	3845
Joana Sousa & José A. Pacheco	
AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS E SEUS EFEITOS NAS PERSPETIVAS CURRICULARES E PEDAGÓGICAS. UM ESTUDO COM PROFESSORES DE MATEMÁTICA	3860
Micaela Marques & José A. Pacheco	
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NUMA ÁREA CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES	3875
Maria Palmira Alves & Susana Sá	
O CURRÍCULO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E A PRÁTICA DE AVALIAÇÃO	3886
João Manuel de Sousa Will & José Pacheco	
OS APOIOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR: CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL AVALIATIVO	3900
Marta Martins & Eusébio Machado	
A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM ATIVA SUPOSTADA POR UMA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO REFLEXIVA	3914
Rosa Rodrigues & Cristina Parente	

DO ENSINO DE LITERATURA NO ENSINO SECUNDÁRIO À SUA AVALIAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO 12º ANO	3929
Maria Carolina Pereira da Costa & António Silva	
POR QUE BRINCAR NÃO RIMA COM AVALIAR? A INTERFERÊNCIA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS NO COTIDIANO LÚDICO ESCOLAR.	3944
Maria Vitoria Mamede Maia & Silvia Gabrielle Coimbra	
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROFESSOR DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: - O QUE PENSAM OS PROFESSORES? -	3958
Maria Rita Morais Freitas	
SUPERVISÃO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO PROFISSIONAL DOCENTE: REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO	3973
Estela Monteiro	
A RELAÇÃO SUPERVISIVA NA ADD: DE QUE SÃO FEITAS AS NOSSAS PRÁTICAS?	3991
Cátia Rodrigues	
PROMOÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO	4006
Rui Marques Vieira & Celina Tenreiro-Vieira	
IMPACTO E EFEITOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESTRUTURAS INTERMÉDIAS DE GESTÃO	4020
Natália Costa & José Augusto Pacheco	
A CENTRALIDADE DO ALUNO NO DISPOSITIVO DE AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLA	4031
Teresa Jesus Santos & Maria Palmira Alves	
POLÍTICA E OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ANGOLA	4049
Francisco Caloia Alfredo	
DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E FLUÊNCIA DE LEITURA NO FINAL DO PRIMEIRO ANO DE ESCOLARIDADE: UM CONTRIBUTO	4063
Liliana Costa & Maria Carapeto	
IMPACTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO – UM ESTUDO DE CASO	4078
Lúcia Dourado & Virgínio Sá	
DETECCIÓN PSICOEDUCATIVA DE DIFICULTADES PSICOMOTORAS EN EL AULA	4094
Iria Díaz Ainse & Rosa Rivas Torres	
UN ESTUDIO SOBRE LAS ESTRATEGIAS EN ALUMNOS Y ALUMNAS DE 5 AÑOS COMO CLAVE INCLUSIVA DEL APRENDER A APRENDER	4110
María Páramo Iglesias & María Martínez Figueira	
AVALIAÇÃO DE ESCOLAS: MECANISMOS DE REGULAÇÃO E LÓGICAS DE AÇÃO DOS ATORES ESCOLARES	4121
Carla Chainho	

EFEITOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS PÚBLICAS NA REDE PRÉ-ESCOLAR PRIVADA	4135
Eduarda Cristina Silva Rodrigues & José Augusto Pacheco	
DETECCIÓN DAS DIFICULTADES COGNITIVAS NA AULA	4142
Rosa Rivas Torres, Beatriz López González & Berta Fraga González	
DISPOSITIVOS SINCRÓNICOS DE AVALIAÇÃO ENQUANTO MECANISMOS DE FEEDBACK E AUTORREGULAÇÃO DE APRENDIZAGENS.	4155
Cristiana Cabreira, Andreia Santos & Ana Mouraz	
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	4168
Rosa Maria Gomes, Anabela Pereira & Paula Vagos	
AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS E O SEU IMPACTO NO ENSINO ESPECIALIZADO DA MÚSICA	4181
Helena Queirós & José Augusto Pacheco	
PROVINHA BRASIL - INSTRUMENTO AVALIATIVO DE LEITURA: ANÁLISE À LUZ DA ABORDAGEM COGNITIVA DE LEITURA E SEUS RESULTADOS	4192
Eva Cristina Mendes	
SUPERVISÃO DE FUTUROS ENFERMEIROS NO ENSINO CLÍNICO NO SERVIÇO DE CIRURGIA	4207
Isabel Correia & Teresa Vilaça	
A CENTRALIDADE NO ESTUDANTE NUMA UNIDADE CURRICULAR INTEGRADA – UM ESTUDO DE CASO	4223
Ana Lemos, Armando Almeida, Joana Palha, Manuel Costa & Maria Palmira Alves	
O CONHECIMENTO DOS ADQUIRIDOS EXPERIENCIAIS DOS ADULTOS VERSUS O SEU RE(DES)CONHECIMENTO NO (IN)DEFINIDO QUADRO GOVERNAMENTAL PORTUGUÊS	4235
Susana Cristina Pinto & Maria Palmira Alves	
AVALIAÇÃO DA METACOGNIÇÃO, AUTORREGULAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS COGNITIVAS EM ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO	4253
Jorge Gonçalves & Margarida Alves Martins	
ALTA HABILIDADE PARA A MATEMÁTICA, ESTILOS COGNITIVOS E RENDIMENTO ESCOLAR A MATEMÁTICA	4267
Joana Casanova & Ana Costa	
PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO METACOGNITIVO DOS ALUNOS	4282
Jorge Gonçalves & Margarida Alves Martins	
ESTILOS COGNITIVOS, RESULTADOS ESCOLARES A MATEMÁTICA E DIFERENÇAS DE GÉNERO	4292
Joana Casanova & Ana Costa	
O PORTEFÓLIO COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO N(D)A PRÁTICA PEDAGÓGICA	4303
Susana Cristina Pinto & Cândida Mota-Teixeira	

UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA SOBRE PRÁTICAS DE APRENDIZAGEM-AVALIAÇÃO CENTRADAS NO ESTUDANTE	4318
SC Rodrigues, J Cerqueira, MJ Costa & MP Alves	
A CONTEXTUALIZAÇÃO CURRICULAR COMO REFERENTE DA AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS	4328
José Carlos Morgado, Carlinda Leite, Preciosa Fernandes & Ana Mouraz	
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA CONTINUADA DOS PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NUMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	4351
Maria Palmira Alves, Ivanilda Bastos & Sidney Schossland	
INDICADORES DE QUALIDADE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O PROFESSOR	4363
Leonora Bernardes	
UMA VISÃO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DO ACCOUNTABILITY	4378
Marly Queiroz & Fabiane Garcia	
O INVENTÁRIO PARENTAL (LUI-PT) COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PRAGMÁTICAS EM IDADES PRECOSES	4391
Cristiana Guimarães, Anabela Cruz-Santos & Leandro Almeida	
UM NOVO OLHAR SOBRE AS PRATICAS AVALIATIVAS: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO CEARÁ-BRASIL	4403
Andreia Serra Azul da Fonseca, Maristela Lage Alencar, Edivone Meire Oliveira & Sinara Mota Neves de Almeida	
INFLUENCIA DE LAS DIFICULTADES FONOLÓGICAS EN EL DESARROLLO LINGÜÍSTICO Y LECTOESCRITOR EN NIÑOS DE EDUCACIÓN INFANTIL Y PRIMARIA	4419
S. García-Mosquera, M. Durán, M. García-Fernández, J.C. Fernández-Méndez, A. López-Osuna	
DETECCIÓN DE DIFICULTADES EN EL LENGUAJE ORAL EN NIÑOS DE SEGUNDO CICLO DE EDUCACIÓN INFANTIL	4436
López-Osuna, S. García-Mosquera, M. Durán, M. García-Fernández, J.C. Fernández-Méndez	
PROVA DE COMPREENSÃO NA LEITURA PARA O 1º ANO DE ESCOLARIDADE	4445
Edlia Simões & Margarida Alves Martins	
TESTE INFORMATIZADO E DINÂMICO DE ESCRITA (TIDE): ESTUDO PRELIMINAR	4459
Andreza Schiavoni & Cristina Joly	
EFEITO (S) DAS PRÁTICAS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE NAS PRÁTICAS COLABORATIVAS: INDUÇÃO OU INIBIÇÃO?	4473
Ana Marcos & Eusébio Machado	

AGRUPAMIENTO DE ESCUELA Y ESTRUCTURA DE EVALUACIÓN INTERNA: ¿NUEVA INSTANCIA DE EVALUACIÓN EXTERNA A LAS ESCUELAS AGRUPADAS LOCALIZADA EN LA ESCUELA SEDE? UN ESTUDIO DE CASO EN PORTUGAL	4485
Maria Cecilia Bocchio	
EL RETORNO DEL DIRECTOR: ESTUDIO DE CASO DESARROLLADO EN UN AGRUPAMIENTO DE ESCUELAS	4498
Maria Cecilia Bocchio	
ENSEÑAR, APRENDER Y EVALUAR EL PROFESIONALISMO MÉDICO: A PROPÓSITO DE UNA EXPERIENCIA EN LA UNIVERSIDAD DE BARCELONA	4506
Jordi Palés, A. Gual, M. Nolla & A. Oriol Bosch	
APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DESEMPENHOS UTILIZANDO CHECKLISTS	4522
Isabel Neto, Luís Patrão & Miguel Castelo Branco	
O CENTRO DE COMPETÊNCIAS LABORATORIAIS: UM NOVO MODELO PARA APRENDIZAGEM DE COMPETÊNCIAS LABORATORIAIS	4531
Manuel João Costa, Nuno S. Osório, Margarida Correia-Neves, Hugo Almeida, Fernanda Marques & João Carlos Sousa	
MINI-ENTREVISTAS MÚLTIPLAS: UM MÉTODO DE SELECÇÃO DE ESTUDANTES PARA O ENSINO SUPERIOR	4546
Pedro Marvão, José Ponte	
A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO MÉDICA COMO ABORDAGEM CIENTÍFICA AO ENSINO/APRENDIZAGEM DA MEDICINA	4555
Manuel João Costa	
O EXAME OBJECTIVO ESTRUTURADO COMO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: PRINCÍPIOS BASEADOS NA INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO MÉDICA	4570
João Cerqueira, Hugo Almeida & José Miguel Pêgo	
A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO MÉDICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	4577
Ana Raquel Lemos	

EFEITOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS PÚBLICAS NA REDE PRÉ-ESCOLAR PRIVADA

Eduarda Cristina Rodrigues
José A. Pacheco

Universidade do Minho

lo.eduarda@gmail.com
jpacheco@ie.uminho.pt

RESUMO: O objetivo desta comunicação é o de apresentar alguns resultados preliminares de um estudo de investigação em curso, no âmbito do Mestrado de Desenvolvimento Curricular da Universidade do Minho, integrado no projeto de Avaliação Externa de Escolas - PTDC/CPE- CED/116674/2010 - financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). O modelo adotado tem como finalidade articular a dimensão externa com a dimensão interna da avaliação (Pacheco, Seabra, Morgado & van Hattum, 2014; Clímaco, 2010; CNE, 2012), aplicando-se a todas as escolas públicas do ensino não superior. Na análise do impacto e dos efeitos da avaliação externa é necessário determinar não só o tipo de estudos a realizar, bem como escolher as variáveis de estudo. Seguimos um estudo de eficácia e elegemos como variáveis fundamentais: i) educação pré-escolar privada em comparação com a educação pré-escolar pública; ii) modelos de avaliação externa utilizados pelas instituições; iii) documentos elaborados no âmbito da avaliação externa; iv) perspetivas dos educadores. O estudo é natureza qualitativa (Bogdan & Biklen, 1999), com a utilização da análise documental e do inquérito por entrevista, sendo os dados tratados através da análise de conteúdo (Ghiglione, 1997). Os resultados preliminares indicam que a avaliação externa de escolas (AEE) tem impacto na educação pré-escolar sendo os efeitos distintos em função da instituição pública ou privada. Há modelos distintos de avaliação externa realizada por distintos organismos, sendo que na educação pré-escolar privada o processo é mais constante e mais formal, pois na educação pré-escolar pública obedece a um ciclo de quatro anos e a avaliação da educação pré-escolar dilui-se nos ensinos básico e secundário, a não ser nos resultados sociais, na articulação curricular, na participação dos pais e no envolvimento da comunidade. Também no privado os documentos de avaliação são mais completos, com dados mais sistemáticos e menos ocasionais. Em termos de avaliação externa, as perspetivas dos educadores evidenciam que, na escola pública, há a valorização profissional, com o reconhecimento do seu trabalho pelos professores de outros ciclos e níveis de ensino; na escola privada há o reconhecimento institucional, com incidência na prestação de serviços.

Avaliação externa: uma finalidade e dois sistemas

No quadro das políticas transnacionais, de regulação conceitual em torno do conhecimento (Pacheco, 2011; Steiner-Khamasi, 2012), os processos de monitorização organizam-se em função da avaliação da qualidade. Neste caso, a avaliação torna-se num jogo de prestação de contas, com a finalidade de garantir os resultados pretendidos, cada vez mais standardizados, e de informar, de modo que seja possível introduzir mecanismos de responsabilização. É neste contexto que se observa a institucionalização

da avaliação de escolas como um processo de melhoria (Sobrinho, 2003), ainda que por vezes mais orientada por procedimentos mensuráveis e quantificáveis, com a marginalização de aspetos que são essenciais numa avaliação formativa.

Para Stufflebeam (2003, p. 776), a institucionalização da avaliação externa tem-se processado num complexo procedimento de avaliação de objetivos, sendo questionável o modo como deve ser feito, pois argumenta que “todas as escolas têm problemas e a avaliação necessita de delinea-los e de resolvê-los”. Tornando-se inevitável, nos dias de hoje, a avaliação de escolas deveria contemplar, e no seguimento do modelo que propõe, variáveis de contexto, de entrada (*inputs*), de processo e de resultados (*outputs*). Deste modo, o autor sustenta que tal avaliação deve perseguir quatro propósitos (de melhoria, de prestação de contas (*accountability*), de compreensão e disseminação), evitando-se, ao mesmo tempo, que se torne numa fonte de “coerção e intimidação e que seja utilizada como um ponto de partida para o diálogo entre escolas, os seus professores, diretores e membros da comunidade” (*ibid.*, p. 804).

Definindo a avaliação como “a investigação sistemática da escola e do modo como pode servir melhor as necessidades da comunidade”, Sanders e Davidson (2003) entendem que a sua finalidade principal responde a uma questão de utilidade, servindo para i) identificar necessidades, ii) formular objetivos, iii) clarificar objetivos; iv) selecionar estratégias e atingir resultados, v) monitorizar o progresso; e vi) avaliar resultados e impacto.

Porque há muitas práticas possíveis de avaliação, os autores defendem que a avaliação externa (dimensão externa) deve ser complementada com a autoavaliação (dimensão interna), de modo que seja possível responder aos desafios complexos que as escolas enfrentam. Das possíveis práticas, destacam a avaliação de escolas baseada em indicadores, indutores de práticas de uma qualidade que é supostamente mensurável e comparável (Stake, 2006).

Assim, a avaliação externa tem a finalidade de avaliar o mérito ou a qualidade das escolas, geralmente através de indicadores ligados à eficiência dos resultados escolares (Pacheco, 2013), respondendo a uma utilidade de prestação de informação e de observação de normas estabelecidas a nível central. De entre os vários modelos, fazemos referência, na realidade portuguesa, à avaliação de escolas no sistema público e no sistema privado, com ênfase na educação pré-escolar.

Iniciado formalmente em 2006 no sistema público (Pacheco, Seabra, Morgado & van Hattum 2014; Clímaco, 2010), a avaliação de escolas dos ensinos básico e secundário faz-se na base de um modelo centrado em domínios (resultado, prestação do serviço educativo, organização e gestão escolar, liderança e capacidade de autorregulação e melhoria da escola) e indicadores, com tendência para que a classificação nos resultados desempenhe um fator de âncora em relação aos restantes domínios. Embora não se tivesse verificado no 1º ciclo de avaliação (2006-2011), esta correlação tem sido defendida pela Inspeção, organismo que supervisiona e implementa o processo de avaliação (IGEC, 2012; CNE, 2012), para o 2º ciclo de avaliação (2011-2016). No corrente ciclo, as alterações efetuadas ao nível dos domínios a avaliar (resultados, prestação do serviço educativo e liderança e gestão) parecem ter tido a especificidade da educação pré-escolar em consideração, uma vez que os indicadores abrangem mais as suas características no que respeita aos resultados sociais, ao reconhecimento da comunidade e à prestação do serviço educativo em geral.

Não obstante, ambos os ciclos do sistema público não têm em consideração uma especificidade avaliativa que contemple unicamente a educação pré-escolar, já que tudo se conjuga no conjunto dos ensinos básico e secundário. Deste modo, na avaliação externa de escolas, a educação pré-escolar é diluída nos ensinos básico e secundário, ainda que a intervenção no processo de avaliação, sobretudo na composição dos painéis de respondentes das entrevistas realizadas na modalidade de grupo focal, os educadores estejam na mesma situação que os professores.

No sistema privado, as instituições são supervisionadas pelas DRE's/DGEstE cujo referencial se funde com o utilizado pela IGEC, enquanto as instituições tuteladas pela Segurança Social (IPSS) são periodicamente inspecionadas pelos respetivos Centros Regionais de Segurança Social (CRSS) e pelas DRE's/ DGEstE. O Instituto da Segurança Social (ISS) debruça-se, grosso modo, sobre questões de natureza administrativa, a instalações e recursos humanos e materiais delegando na parceria com as DRE's/DGEstE as questões de ordem pedagógica no que concerne à educação pré-escolar. Porém, quando se trata da inspeção a creches os representantes do CRSS fazem-se acompanhar pelo Modelo de Avaliação da Qualidade em Creche, instrumento fortemente influenciado pelo Modelo de Excelência da *European Foundation for*

Quality Management (EFQM), e que pretende “garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade” ISS, I.P. (2005, p.5).

Um outro aspeto da avaliação diz respeito ao impacto e efeitos. Porque toda a avaliação produz impacto, os efeitos podem ser diversos, embora nos estudos de eficácia (Song & Herman, 2010) seja possível observar os efeitos direto e indireto e que dizem respeito à incidência desejada do impacto que é suscetível de ser medido. Se *a* afeta *b*, quer dizer que *a* o efeito de *a* observa em *b*, com alterações em procedimentos específicos. Por exemplo, sendo a avaliação externa obrigatória no sistema público, ao nível dos ensinos básico e secundário, que efeitos se registam na educação pré-escolar? É a educação pré-escolar colocada ao mesmo nível de exigência de resultados dos ensinos básico e secundário? A existência de metas curriculares na educação pré-escolar é um efeito da avaliação externa? A ênfase nos resultados alarga-se também à educação pré-escolar? Que tipo de aprendizagens na educação pré-escolar a avaliação externa regula?

Do mesmo modo, e sendo substantivamente diferentes, há efeitos do modelo público no modelo privado da educação pré-escolar? Que práticas de avaliação se realizam de forma distinta daquelas que ocorrem no sistema público?

Metodologia

O estudo é natureza qualitativa (Bogdan & Bikle, 1999), com a utilização da análise documental e do inquérito por entrevista, sendo os dados tratados através da análise de conteúdo (Esteves, 2006).

O problema do estudo responde a esta interrogação: qual o impacto da avaliação externa de escolas nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e quais os efeitos da referida avaliação na rede privada?

O estudo empírico está em curso e neste texto são apresentados alguns resultados preliminares, a partir dos quais é possível estabelecer algumas linhas de força para a compreensão da avaliação externa nos sistemas públicos e privado e de que modo os efeitos se tornam mais visíveis ou não na educação pré-escolar. Neste sentido, não se faz a descrição dos respondentes, referindo-se apenas a sua ligação ao público ou privado e a sua condição profissional

Resultados preliminares

Da análise feita aos documentos da IGEC e do ISS, que referenciam a avaliação externa de escolas podemos encontrar lugares comuns mas também prioridades avaliativas contrastantes. Assim, no que diz respeito aos objetivos dos documentos, ambos realçam a intenção de regulamentar a educação fornecendo informação pertinente aos respetivos responsáveis, dinamizar os principais atores educativos para uma participação mais ativa e informada nas escolas (embora o modelo proposto pela Segurança Social foque unicamente as famílias em detrimento da comunidade educativa proposta pela IGEC) e ainda a promoção da prática de autoavaliação das instituições como garantia de qualidade dos serviços prestados.

Enquanto o primeiro elabora um relatório no qual assentará um Plano de Melhoria, o segundo atribui uma qualificação das respostas sociais escalonada de A a C (sendo A mais exigente e C o menos), que orientará posteriores auditorias de concessão, de acompanhamento, de renovação, de seguimento e extraordinárias. No final da auditoria é elaborado, igualmente, um relatório onde estão referenciadas as não conformidades e que obriga a direção da resposta social a elaborar um Plano de Ação Corretiva que deverá ser cumprido num determinado período de tempo previamente definido.

Com efeito, depreende-se um processo mais constante e formal por parte das respostas privadas que são acompanhadas, nos casos observados, anualmente pela tutela.

Nas entrevistas elaboradas aos respondentes do setor público foi possível verificar que a avaliação externa levada a cabo pela Inspeção Geral de Educação e Ciência surtiu poucos efeitos ainda que pertinentes. Os diretores dos agrupamentos entrevistados assumem a articulação como um ponto forte da educação pré-escolar mas sem impacto nas classificações obtidas. Já as educadoras afirmam que a avaliação externa acabou por lhes reconhecer as boas práticas, tendo este reconhecimento influenciado positivamente a imagem dos educadores enquanto docentes junto dos colegas dos outros ciclos de ensino.

No sistema privado de educação pré-escolar é reconhecida a influência da AEE quer por diretores quer por educadores sendo no entanto o seu impacto mais sentido nas IPSS com creche, e nos domínios da prestação de serviços. Na realidade, o modelo de

avaliação da qualidade em creche acaba por influenciar também as condutas do pré-escolar que assumem para toda a instituição as normas de qualidade aferidas pelo modelo supramencionado. Diretores e educadores são unânimes quanto à melhoria dos serviços prestados após o início das inspeções reconhecendo igualmente um acréscimo no reconhecimento docente apesar de claramente associado à prestação de serviços. Neste processo toda a instituição privada é mobilizada para o cumprimento do Plano de Ação Corretiva, levando a escola a trabalhar os seus pontos fracos, melhorando-os e elevando a sua prestação de serviço educativo.

Concluindo

Os resultados preliminares indicam que a avaliação externa tem impacto na educação pré-escolar sendo os efeitos distintos em função da instituição pública ou privada. Há modelos distintos de avaliação externa realizada por distintos organismos, sendo que na educação pré-escolar privada o processo é mais constante e mais formal, pois a educação pré-escolar pública obedece a um ciclo de quatro anos e a avaliação da educação pré-escolar dilui-se nos ensinos básico e secundário, a não ser nos resultados sociais, na articulação curricular, na participação dos pais e no envolvimento da comunidade.

Também no privado os documentos de avaliação são mais completos, com dados mais sistemáticos e menos ocasionais. Em termos de avaliação externa, as perspetivas dos educadores evidenciam que, na escola pública, há a valorização profissional, com o reconhecimento do seu trabalho pelos professores de outros ciclos e níveis de ensino; na escola privada há o reconhecimento institucional, com incidência na prestação de serviços. Deste modo, constata-se, e sem prejuízo dos resultados definitivos do estudo, que a avaliação externa tem efeitos diretos e indiretos, sendo o mais observável no ensino oficial o efeito direto, com a integração da educação pré-escolar na análise dos ensinos básico e secundário, conferindo-lhe sobretudo maior visibilidade na articulação e sequencialidade curriculares e na valorização profissional dos educadores; no sistema privado verifica-se um efeito indireto, na medida em que o modelo de avaliação externa não é aplicado, mas a avaliação externa mantém-se presente mediante procedimentos rigorosos e mensuráveis da qualidade educativa. Por isso, no privado há a tendência para uma maior formalização administrativa do que no público.

Referências bibliográficas

- Bogdan, Robert, & Biklen, Sari (1999). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Clímaco, Maria do Carmo (2010). *Percursos da avaliação externa das escolas em Portugal. Balanços e propostas*. Lisboa: CNE.
- CNE (Org.). (2012). *Avaliação das escolas dos ensinos básico e secundário: perspectivas para um novo ciclo*. Lisboa: CNE.
- Esteves, Manuela (2006). Análise de conteúdo. In J. Á. Lima & J. A. Pacheco (org.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto: Porto Editora.
- IGEC (2012). *Quadro de referência para a avaliação das escolas*. Lisboa: IGEC.
- IGEC (2011). *Avaliação externa das escolas. Avaliar para a melhoria e a confiança. 2006-2011*. Lisboa: IGEC
- IGEC (2013). *Avaliação externa das escolas 2010-2011. Relatório*. Lisboa: IGEC
- ISS, I.P. (2005). *Modelo de avaliação da qualidade. Creche*.
- Pacheco, José A., Seabra, Filipa, Morgado, José Carlos, & Hattum-Janssen, Natascha (2014). *Avaliação Externa. Para a referencialização de um quadro teórico sobre o impacto e efeitos nas escolas do ensino não superior* (em publicação).
- Pacheco, José Augusto (2013). *Os testes internacionais, o sistema de avaliação externa e a promoção das aprendizagens*. Lisboa: CNE.
- Sanders, James R., & Davidson, E. Jane (2003). A Model for School Evaluation. In T. Kellaghan, D. L. Stufflebeam, & L. A. Wingate, (Eds.), *International handbook of educational evaluation* (pp. 76-98). Chicago: Kluwer Academic Publishers.
- Sobrinho, José Dias (2003). *Avaliação. Políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez Editora.
- Song, Mengli & Herman, Rebecca (2010). Critical issues and common pitfalls in designing and conducting impact studies in education: lessons learned from the what works Clearinghouse (Phase I). *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 32(3), 351-371.
- Stake, Robert E. (2006). *Evaluación comprensiva y evaluación basada em estándares*. Barcelona: Editora Graó.
- Steiner-Khamsi, Gita (2012). Understanding policy borrowing and lending. Building comparative policy studies. In G. Steiner-Khamsi & F. Waldow (Eds.), *World yearbook of education 2012. Policy borrowing and lending in education* (pp. 5-17). London: Routledge.
- Stufflebeam, Daniel (2003). Institutionalizing Evaluation in Schools. In T. Kellaghan, D. L. Stufflebeam, & L. A. Wingate, (Eds.), *International handbook of educational evaluation* (pp. 775-805). Chicago: Kluwer Academic Publishers, Vol. I.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PTDC/CPE-CED/116674/2010.